

● Nacional

ENTIDADES

Oposição ganha eleição no Conselho Regional de Economia em São Paulo

por Maria Helena Tachinardi
de São Paulo

A chapa dois, de oposição, liderada pelo professor Luciano Coutinho, venceu ontem as eleições para a renovação de um terço do Conselho Regional de Economia. Em todo o estado, a oposição obteve 4.944 votos e a chapa da situação, 3.023 votos.

Na capital, a chapa dois teve 3.935 votos e a chapa um obteve 2.534 votos. No interior, a chapa vitoriosa obteve 1.007 votos contra 491 votos da chapa de situação.

Com a vitória de ontem, a oposição tem agora dois terços do Conselho Regional, com oito conselheiros. Hoje e amanhã prosseguem as eleições para a renovação da diretoria da Ordem dos Economistas de São Paulo, presidida atualmente por Miguel Colasuonno, que é candidato à reeleição e concorre contra a chapa liderada por Luciano Coutinho. Nos dias 23, 24 e 25 de novembro serão realizadas as eleições para a renovação do sindicato.

CLIMA

Marchas carnavalescas e muitos exprimentos. Cabos eleitorais, panfletos no chão. Na porta da Câmara Municipal de São Paulo, Luciano Coutinho e Miguel Colasuonno, ambos bem barbeados, perfumados, vestindo sóbrios trajes de inverno, receberam um a um seus eleitores, das 9 às 20 horas.

À tarde, por volta das 15h30, quando 3.717 pessoas já haviam votado, os dois candidatos subiram ao 1º andar para votar. Num intervalo de meia hora, o Decreto-lei nº 2.064 foi o tema predominante. As soluções propostas deram um pouco o tom das plataformas dos dois economistas.

Eles estão preocupados

com os reflexos do "pacote" salarial para a classe média e consideram que o novo decreto retarda o reaquecimento da economia.

"O 2.064 decreta a extinção da classe média e é mais recessivo do que o 2.045, pois atinge os bens duráveis, a construção civil e instabiliza o Sistema Financeiro da Habitação. É resultado de uma negociação truncada e desconexa, que atende às imposições de fora", observa Coutinho. Para ele, "já estamos numa moratória contornável. O que se tem de discutir é se vai ser uma moratória desastrosa ou se a sociedade vai ajudar o País a dizer quais os limites da comunidade financeira internacional no que se refere aos assuntos internos". Coutinho sugere que se apressem os entendimentos para a criação de um novo projeto, pois há convergência em torno dos grandes pontos, como necessidade de desindexar a economia da taxa de câmbio, baixa na taxa de juros e reforma tributária de emergência. "Por exemplo, seria interessante transferir o Finsocial para os estados e municípios."

Tanto Coutinho quanto Colasuonno consideram indesejável um confronto entre Legislativo e Executivo em torno do 2.064. Colasuonno, atual presidente do Sindicato e da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, acredita que o governo não teria problema em ajustar algo necessário ao 2.064. Seria uma prova de maturidade imprescindível para a sociedade que é expectadora. Para Colasuonno, as medidas complementares ao pacote salarial têm de deixar evidente à classe média a distribuição dos sacrifícios pelos vários segmentos da sociedade, como o governo e setor privado.